

Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português****

INTRODUÇÃO

Portugal, à semelhança de outros países da Europa meridional pertencentes à UE, conheceu um aumento significativo do número de estrangeiros activos entre inícios dos anos 80 e meados dos anos 90¹. Não obstante este aumento, o número de trabalhadores estrangeiros activos nos mercados de trabalho espanhol, italiano e português é ainda relativamente baixo quando comparado com a situação da maior parte dos países da UE.

Em Portugal, os estrangeiros activos legais representam menos de 2,5% do total da força de trabalho, ao passo que ao nível da UE este valor se aproxima dos 4%. Contudo, se segmentarmos a análise por áreas geográficas — e olharmos com particular atenção para regiões como a Área Metropolitana de Lisboa — e por sectores económicos (destacando ramos como a construção civil e as obras públicas, os serviços pessoais e domésticos e as profissões liberais e técnicas especializadas), a importância que a população estrangeira activa assume em relação ao total da força de trabalho é bastante maior. E mais relevante se torna se tivermos em conta o problema específico do trabalho informal, não apenas pelo grande número de estrangeiros envolvidos em certas actividades económicas (na construção civil e nas obras públicas, por exemplo), como também pelo alto grau de vulnerabilidade deste tipo de trabalho.

* Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

** Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

*** Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

**** Uma versão inicial deste texto foi publicada em inglês em *Petropolis: International Workshop Proceedings*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, pp. 89-120.

¹ Em 1997 o número de estrangeiros activos legais em Portugal era três vezes superior ao número registado em 1983.

Este estudo tem como objectivo analisar os modos de incorporação da população activa estrangeira na economia portuguesa. Em primeiro lugar, apresenta-se uma breve visão de conjunto sobre a evolução recente do mercado de trabalho, analisando as oportunidades que se apresentam aos imigrantes e as suas principais características como força de trabalho. Serão identificadas as actividades nas quais os imigrantes se substituem à força de trabalho nacional e aquelas em que desempenham um papel complementar. Na segunda parte do trabalho, baseada em informações recolhidas através de um inquérito por questionário aplicado a estrangeiros activos em Portugal, analisaremos as diferentes categorias de imigrantes activos de acordo com os seus modos específicos de incorporação no mercado de trabalho português². Uma vez que algumas categorias estão fortemente associadas ao mercado de trabalho informal, a última parte do trabalho centrar-se-á na especificidade das relações e condições de vulnerabilidade dos trabalhadores imigrados em situação irregular. Com recurso a uma grelha interpretativa, que cruza motivações de empregadores e de trabalhadores para se envolverem em actividades clandestinas, delinaremos uma abordagem crítica à relação entre o trabalho informal não qualificado e a imigração.

IMIGRAÇÃO, AS TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA E O MERCADO DE TRABALHO EM PORTUGAL

Apesar de a presença de alguns estrangeiros activos no mercado de trabalho português ser já antiga, só a partir de meados dos anos 70 as comunidades estrangeiras começaram a adquirir visibilidade significativa.

O processo de descolonização que teve lugar após a revolução de 1974 conduziu a um *boom* nas chegadas de africanos provenientes das antigas colónias. Entre 1975 e o início dos anos 80, a imigração resultou menos da pressão interna do mercado de trabalho português, então afectado por altos níveis de desemprego, e mais da pressão gerada pela súbita e desorganizada transferência do controlo administrativo das colónias.

² A informação utilizada na realização deste trabalho foi reunida nos projectos «Immigrants' insertion in the informal economy: the Portuguese case», coordenado por M. I. Baganha (este projecto faz parte do MIGRINF, um projecto de pesquisa financiado pelo programa TSER), e «Os movimentos migratórios externos e o mercado de trabalho em Portugal», coordenado por M. I. Baganha, João Ferrão e Jorge Macaísta Malheiros (um estudo elaborado para o Observatório do Emprego e Formação Profissional do Ministério do Emprego e da Segurança Social).

No presente artigo tivemos particularmente em conta os dados provenientes do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) do Ministério da Administração Interna, os resultados da aplicação de um questionário directo a uma amostra de estrangeiros a trabalhar em Portugal e um conjunto de entrevistas aprofundadas a trabalhadores imigrantes em situação irregular e a uma série de informadores-chave.

O período que se seguiu ao início dos anos 80 pode ser entendido como uma segunda fase no ciclo da imigração em Portugal. O número de estrangeiros continuou a aumentar a um ritmo razoável, mas o acréscimo relativo de asiáticos (principalmente indianos, paquistaneses e chineses) e de sul-americanos (particularmente brasileiros) tornou-se mais significativo (quadro n.º 1). Acompanhando esta tendência, o número de nacionalidades identificado pelo SEF aumentou de 102 (em 1981) para 129 (em 1991). Esta diversificação da origem dos imigrantes aponta para uma mudança na posição de Portugal no contexto das migrações internacionais, para um papel mais significativo da procura do mercado de trabalho português no processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros e, como foi defendido por Baganha (1996, 1998), para uma maior relevância dos segmentos informais neste processo. Actualmente, as oportunidades geradas em alguns segmentos destes mercados (construção civil e restauração, por exemplo) constituem as bases de apoio para as redes migratórias e para a integração de diversos estrangeiros africanos e asiáticos na economia portuguesa.

Evolução do número de estrangeiros em situação regular por origem geográfica

[QUADRO N.º 1]

	1960-1965	1965-1970	1970-1975	1975-1980	1980-1985	1985-1990	1990-1995
Europa	-3,08	6,70	14,46	-17,32	24,59	42,38	42,84
América do Norte	76,88	57,34	51,07	2,38	65,67	12,60	20,68
América do Sul	34,65	85,15	90,63	56,67	80,65	50,22	48,87
África	75,00	31,55	127,60	5 416,50	26,06	29,38	75,08
Ásia	11,54	68,10	205,38	-3,19	122,38	62,01	62,01
Oceânia	510,00	-1,64	106,67	20,16	83,22	30,77	33,61
Dupla nacionalidade/apátridas	-26,56	-34,04	-27,42	146,67	48,65	34,55	-
<i>Total</i>	3,49	16,36	29,83	81,12	37,02	35,40	45,75

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

O desempenho da economia portuguesa entre meados dos anos 80 e inícios dos anos 90 foi bastante positivo. Durante este período tanto o crescimento do PIB como os níveis de desemprego evidenciaram tendências muito favoráveis quando comparadas com a média da UE. O período entre 1992 e 1995 foi marcado por um abrandamento na economia (Fonseca, 1997), mas nos últimos três anos os indicadores económicos assumiram novamente uma expressão mais favorável.

No que respeita à política económica, este período foi caracterizado por duas opções principais: a liberalização económica e a crescente abertura ao exterior. O desenvolvimento de certas estratégias com vista ao aumento de flexibilidade do mercado de trabalho (contratos de trabalho temporário, re-

forma obrigatória e outros) surgiu em conformidade com estes dois princípios de orientação programática.

Estas duas opções políticas principais foram apoiadas por diversas medidas e iniciativas que tiveram efeitos significativos nas variáveis económicas e, desse modo, nas principais características do mercado de trabalho. A reprivatização de empresas nacionalizadas durante o período pós-revolucionário, juntamente com um clima de estabilidade política e com a presença no governo de um partido liberal, num contexto económico internacional favorável, permitiram o arranque do investimento. Além disso, a adesão formal à CEE em Janeiro de 1986 acelerou a internacionalização da economia portuguesa. Por um lado, as empresas começaram a considerar Portugal parte de um mercado mais alargado. Por outro lado, o fluxo de milhões de écus provenientes da Comunidade Europeia sob a forma de fundos estruturais reforçou alguns sectores da actividade económica, tais como a construção civil e as obras públicas.

A reestruturação da economia portuguesa, que tem vindo a verificar-se desde os anos 80, implicou algumas alterações significativas na organização dos mercados de trabalho, de que destacaríamos:

- i) Durante os anos 80, o emprego masculino decresceu a uma taxa média anual de 0,3%, ao passo que o emprego feminino aumentou a uma taxa anual de 2,4%. Verifica-se que durante a década de 80, no seu conjunto, os empregos criados ultrapassaram os empregos perdidos em mais de 250 000;
- ii) Houve um declínio do emprego no sector secundário, até certo ponto compensado por um aumento do emprego no sector terciário, tanto moderno como tradicional, e, especialmente depois de 1986, no sector da construção civil e das obras públicas, particularmente na Área Metropolitana de Lisboa. Nesta região, o emprego neste subsector de actividade aumentou em 23% entre 1986 e 1994 (dados do Ministério do Trabalho e da Segurança Social).
- iii) Verificou-se um aumento do trabalho temporário e precário, como é evidenciado pelo crescente número de contratos a curto prazo (10,9% em 1993 e 12,4% em 1996) e de trabalhadores a tempo parcial (7,2% em 1993 e 8,7% em 1996).

De modo a podermos examinar a relação entre as características do mercado de trabalho português e os perfis ocupacionais dos estrangeiros activos, apresentaremos de seguida uma breve síntese das tendências evolutivas dos perfis sócio-profissionais destes imigrantes a partir de meados dos anos 80.

Os dados do quadro n.º 2 mostram que, ao longo dos anos 80, a taxa de crescimento de profissionais qualificados (na sua maioria europeus e brasileiros — quadro n.º 3) é mais elevada do que a taxa de crescimento de trabalhadores não qualificados da indústria e, particularmente, da construção civil.

Esta situação pode ser relacionada com a primeira fase do processo de internacionalização da economia portuguesa, que conduziu a um aumento dos

fluxos de capital e a uma maior penetração em Portugal de empresas estrangeiras³. Estas não só transferiram capital, como também recursos humanos, nomeadamente gestores e profissionais altamente qualificados (Peixoto, 1998). Acresce que a modernização do tecido empresarial português, parcialmente sustentada pelo afluxo de fundos da UE, criou uma crescente necessidade de especialistas em áreas (*design, marketing* e outras) em que Portugal era deficitário.

População activa estrangeira por grupo profissional

[QUADRO N.º 2]

Grupos profissionais	Número de indivíduos			Taxa de variação (percentagem)		
	1983	1990	1996	1983-1990	1990-1996	1993-1996
Profissões científicas e liberais	4 082	12 743	20 571	212,2	61,4	403,9
Directores e quadros superiores . . .	1 483	3 465	4 991	133,7	44,0	236,5
Pessoal administrativo	1 508	2 592	3 429	71,9	32,2	127,4
Empregados do comércio e similares	2 743	4 100	7 088	49,5	72,9	158,4
Pessoal dos serviços de protecção e dos serviços pessoais e domésticos	1 363	1 824	7 210	33,8	295,3	428,9
Agricultores e trabalhadores agrícolas	895	910	1 093	1,7	20,1	22,1
Trabalhadores da construção civil e da indústria	10 916	23 552	42 428	115,8	80,1	288,7
<i>Total de activos</i>	22 990	49 186	86 810	114,0	76,5	277,6

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Estrutura profissional (percentagem) da população activa estrangeira por continente, 1996

[QUADRO N.º 3]

Continentes	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupos 7/8/9	REPANA 1991 (4)	REPANA 1996 (4)
Europa	41,7	14,8	5,0	12,4	5,6	1,8	19,1	1,19	1,24
CE (12)	39,9	14,7	5,1	12,9	5,8	1,8	19,8	1,16	1,24
África	5,3	0,8	2,9	3,3	9,8	0,7	77,2	1,06	1,26
América do Norte . . .	58,3	6,0	2,4	3,5	0,5	5,4	23,9	0,64	0,71
América Latina	44,2	4,5	6,5	12,9	6,6	0,9	24,5	0,65	0,90
Ásia	20,4	9,3	2,5	28,5	23,8	0,9	14,5	1,10	1,13
Oceânia	43,7	6,3	0,5	5,3	4,2	6,3	33,7	1,05	0,94
<i>Total</i>	23,7	5,8	4,0	8,2	8,3	1,3	48,9	0,98	1,15

Notas: 1. Cerca de 95% da população activa africana e latino-americana provém de países lusófonos; 2. v. quadro n.º 2 para a designação dos grupos; 3. REPANA representa a relação entre população activa e não activa.

Fonte: INE, *Estatísticas Demográficas*, 1991 e 1996.

³ Como mostram Ferrão e Fonseca (1989, p. 256) e Duarte (1994), o investimento estrangeiro durante este período cresceu a uma ritmo muito acelerado.

Na primeira metade da década de 90 ocorreu uma redução na tendência de aumento dos profissionais qualificados (quadro n.º 2). Após a fase inicial de abertura da economia portuguesa, a taxa de estabelecimento de empresas estrangeiras em Portugal decresceu, para além de diversos programas internos de educação superior e de formação profissional terem passado a oferecer formação em áreas ocupacionais anteriormente em falta. Em contrapartida, a dinâmica de crescimento da construção civil e das obras públicas nos últimos seis anos contribuiu para o crescimento do número de trabalhadores não qualificados de origem estrangeira não apenas no mercado de trabalho formal (quadro n.º 2), como também no mercado informal. Não obstante o crescimento do número de imigrantes não qualificados provenientes dos países asiáticos (e. g., Índia e Paquistão), a maior parte destes trabalhadores continuam a vir dos países africanos de língua portuguesa (quadro n.º 3).

Contudo, foi o sector dos serviços pessoais e domésticos que mostrou o crescimento de emprego mais elevado entre a população estrangeira activa, especialmente na presente década. Este processo está intimamente ligado à presença de mulheres africanas nos sectores dos serviços domésticos e de limpeza industrial e reflecte mudanças significativas ao nível legislativo e económico. Por um lado, as oportunidades oferecidas aos imigrantes irregulares em 1992 e 1996 para solicitarem residência legal no país, juntamente com a divulgação das vantagens dos contratos de trabalho e da segurança social, chamaram a atenção para a existência de um elevado número de empregadas domésticas que tinham até então trabalhado numa base completamente informal. Por outro lado, tanto empresas privadas como serviços públicos optaram por externalizar de forma crescente algumas tarefas, recorrendo, por exemplo, a empresas de limpeza industrial que empregam um número elevado de trabalhadoras imigrantes, designadamente na Área Metropolitana de Lisboa.

Outra característica dos anos 90 corresponde ao crescimento geral das taxas de actividade da população estrangeira (quadro n.º 3), facto particularmente visível entre os estrangeiros africanos e que levanta duas questões: a crescente identificação dos imigrantes estrangeiros com uma «força laboral» indiferenciada e o reforço da imagem dos imigrantes como trabalhadores sem instrução nem qualificações. No primeiro caso, aquela identificação está directamente ligada ao número extremamente baixo de indivíduos originários dos PALOP registados como patrões e trabalhadores por conta própria. De facto, no período entre 1990 e 1995 os empregadores e trabalhadores por conta própria representam apenas 4,2% do total da população activa originária dos PALOP. Já no segundo caso a situação decorre do tipo de funções exercidas (serventes na construção civil, empregadas domésticas, vendedores ambulantes) por um número significativo de activos dos PALOP que, para além de serem oficialmente classificadas como não qualificadas⁴, possuem

⁴ A este propósito, v. o grupo 9 da Classificação Nacional das Profissões (revisão de 1994) adoptada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

uma imagem socialmente desvalorizada. Esta imagem acaba por vincular aqueles que exercem as supracitadas funções, mesmo que possuam níveis de ensino médios ou elevados e que tenham exercido em períodos anteriores funções mais qualificadas.

Além desta perspectiva geral, é importante fazer alguns comentários finais a propósito da estrutura ocupacional da população activa estrangeira em Portugal. Actualmente esta estrutura evidencia uma sobre-representação, quer entre as profissões altamente qualificadas, quer nas actividades de baixa qualificação, apresentando-se, portanto, claramente bipolarizada (Pires, 1993; Baganha, 1996 e 1998; Peixoto, 1998; Malheiros, 1996). Quando comparamos a estrutura ocupacional dos imigrantes activos com a estrutura ocupacional da população nacional em 1991⁵, obtemos um valor relativo três vezes superior para o segmento de topo da estrutura. Actualmente, os grupos ocupacionais 0/1 e 2 representam ligeiramente mais de 30% dos imigrantes activos e cerca de 12% do total da população do país. Esta sobrequalificação da população estrangeira activa não é inteiramente surpreendente, uma vez que está de acordo com a teoria global da polarização do mercado de trabalho nas metrópoles dos países desenvolvidos, tal como nos é apresentada por autores como Sassen (1991), e outros, sendo idêntica à situação verificada noutros países europeus, como o Reino Unido ou alguns países nórdicos (Salt, 1992 e 1997). Na base da pirâmide laboral, os estrangeiros surgem também sobre-representados, particularmente na categoria residual de trabalhadores dos sectores industrial e da construção civil. Este grupo inclui cerca de 45% de trabalhadores estrangeiros legais, mas representava apenas 32% da população activa total em 1991.

Em suma, podemos dizer que os trabalhadores qualificados estrangeiros eram, até há bem pouco tempo, complementares à população activa portuguesa (Baganha, 1996 e 1998). Esta complementaridade está de acordo com o facto de Portugal continuar a apresentar os mais baixos níveis de escolaridade de todos os Estados membros da UE, apesar dos progressos feitos ao longo das últimas três décadas⁶ e de ter existido, até momento bem recente, uma carência de trabalho qualificado em determinadas áreas profissionais (*design, marketing, etc.*). São estas lacunas que a chegada de profissionais estrangeiros ao longo dos últimos anos permitiu parcialmente colmatar. Contudo, há indícios de crescente competição entre trabalhadores estrangeiros e nacionais altamente qualificados em sectores específicos (dentistas,

⁵ Este é o último ano com dados relativamente comparáveis. Depois de 1991, a distribuição da população activa nacional pelos grupos profissionais segue uma classificação diferente da aplicada pelo SEF aos estrangeiros activos em situação regular.

⁶ Em 1991, dois terços da população activa portuguesa apresentavam níveis mínimos de escolaridade (ensino primário ou menos).

médicos). Nestes casos, a complementaridade está, aparentemente, a dar lugar à substituição de activos portugueses por activos provenientes de outros países.

Os estrangeiros não qualificados presentes em actividades como a construção civil e os serviços de limpeza doméstica e industrial permitem responder às necessidades de mão-de-obra destes sectores, substituindo, por vezes, a população nacional. Actualmente, o limitado número de portugueses que procura este tipo de emprego em áreas como a de Lisboa é explicado tanto por factores estruturais como conjunturais. Por um lado, o aumento do nível de escolaridade médio das gerações mais novas leva essas pessoas a procurarem empregos com maior valor económico (e particularmente social) do que a construção civil ou os serviços de limpeza. Por outro lado, as diferenças de salário entre Portugal e certos países da UE, como a Alemanha, a Bélgica ou a Espanha, explicam a emigração, especialmente a migração temporária de portugueses não qualificados, reforçando, assim, a tendência para a abertura desses segmentos do mercado de trabalho a trabalhadores estrangeiros não qualificados. Além disso, uma vez estabelecidas as primeiras vagas de imigrantes africanos em subsectores como o da construção civil, o efeito de rede das comunidades começa a operar, dando origem a uma progressiva etnicização de determinados segmentos do mercado de trabalho.

AS CATEGORIAS MIGRANTES E OS SEUS MODOS DE INCORPORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PORTUGUÊS

QUESTÕES METODOLÓGICAS

As interligações entre mudança económica, opções políticas, efeitos de compensação de migrações externas e internas e redes de migração fornecem um enquadramento global que explica a limitada mas progressiva internacionalização de diversos sectores do mercado de trabalho. Contudo, para compreendermos inteiramente o modo como os imigrantes são inseridos pelo mercado de trabalho português é importante proceder a uma análise mais profunda e pormenorizada dos factores que conduzem os imigrantes a segmentos de emprego específicos, bem como dos processos associados à sua presença em cada um desses segmentos.

Assim, este capítulo tem como objectivo estabelecer uma tipologia das modalidades de inserção dos trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho português. Esta categorização procura fundir dois tipos de variáveis: variáveis inerentes à estratégia individual (motivos de migração, estratégias de procura de emprego e outras) e variáveis associadas ao funcionamento

estrutural do mercado de trabalho (tipo de contrato, regime de trabalho, estabilidade de emprego).

Uma vez que a informação fornecida pelas fontes disponíveis não é suficientemente diversificada para nos permitir levar a cabo este tipo de análise, foi necessário aplicar um questionário a uma amostra de estrangeiros activos em Portugal. Esta abordagem possui também a vantagem de nos permitir analisar integralmente os tipos básicos do mercado de trabalho de um modo interactivo: o mercado de trabalho primário, o mercado de trabalho secundário e o mercado de trabalho informal. Uma vez que a incorporação económica dos imigrantes em Portugal é caracterizada por um nível extremamente elevado de informalidade, incluímos um capítulo que lida exclusivamente com esta questão.

O questionário foi aplicado a uma amostra estratificada de 241 estrangeiros activos⁷ e incluiu blocos de perguntas sobre a educação e a formação profissional, os padrões de migração, as características do mercado de trabalho, as perspectivas para o futuro e os contactos internacionais.

Características básicas da amostra

[QUADRO N.º 4]

Variáveis	Fraccionamento da amostra
Idade	15-24 anos — 34
	25-34 anos — 111
	35-49 anos — 69
	> 49 anos — 27
Nacionalidades (grupos principais)	Europeus — 62
	Cidadãos dos PALOP — 86
	Outros — 83
Dimensão total da amostra	241 indivíduos

A amostra foi segmentada de acordo com as seguintes características da população activa legal registada nos dados do SEF para o período 1990-1996: idade, nacionalidade (quadro n.º 4), estrutura ocupacional e mudanças de emprego. A proporção dos cidadãos dos PALOP incluídos na amostra é mais baixa do que a dimensão dos mesmos no número total de estrangeiros activos legais segundo os registos do SEF. Esta situação é intencional e resulta de dois factores: o efeito de repetição que se obtém após um certo número de questionários aplicados aos trabalhadores activos originários dos

⁷ Para um limite de confiança de 95%, a margem de erro associada à amostra ($n = 241$) situa-se entre 1,2% e 6,2% para as respostas nas proporções de 1% e 50%, respectivamente.

PALOP⁸ e o lento mas estável aumento do número de estrangeiros provenientes de países exteriores à UE e aos países africanos de língua oficial portuguesa. A opção por esta estratégia teve como propósito alargar as hipóteses de captar o maior número possível de modos de incorporação no mercado de trabalho a partir de um número de entrevistas relativamente pequeno.

A informação recolhida nesta pesquisa foi submetida à usual análise bidimensional, bem como a uma análise factorial de correspondências múltiplas (AFCM)⁹. O resultado final da aplicação deste método estatístico é uma tipologia de imigrantes segundo os seus diferentes modos de incorporação no mercado de trabalho. No presente estudo, as variáveis directamente relacionadas com o mercado de trabalho (trajectória ocupacional, tipo de contrato, actividades complementares, regime de trabalho, estratégias de integração no mercado de trabalho) foram introduzidas como variáveis activas (aquelas que contribuem efectivamente para a definição dos eixos factoriais), ao passo que outras variáveis (dados biográficos, perspectivas futuras) foram mantidas como variáveis ilustrativas (atributos suplementares projectados sobre os eixos factoriais definidos pelas categorias das variáveis activas).

Apesar de o método ter sido aplicado na sua formulação estatística habitual, os resultados apresentados consistem numa abordagem interpretativa do produto estatístico directamente resultante da aplicação da AFCM. Os nove grupos¹⁰ obtidos para análise após a aplicação da AFCM e do método de agrupamento são descritos e identificados com base na sobre-representação das categorias de variáveis activas que melhor os definem. Cada um destes grupos representa um modo particular de inserção no mercado de trabalho, tal como é resumido no quadro n.º 6.

⁸ Diversos estudos sobre as comunidades originárias dos PALOP (Saint-Maurice e Pires, 1989; Machado, 1994; Saint-Maurice, 1997) fornecem informações adicionais que não estão disponíveis no caso de outros grupos de estrangeiros.

⁹ A análise factorial de correspondências múltiplas é uma técnica adequada ao tratamento de variáveis nominais e ordinais recolhidas por meio de questionário, permitindo a síntese do conjunto de dados inicial em diversos eixos factoriais que representam indivíduos que partilham as mesmas características. Depois da transformação do conjunto inicial de dados numa matriz binária de Burt é levada a efeito uma análise factorial sobre as categorias das variáveis activas (aquelas que contribuem para a definição dos factores). O peso relativo de cada categoria em cada factor é então calculado, contribuindo para a definição de cada eixo factorial. Finalmente, procede-se a uma análise de *cluster* de modo a identificar grupos de indivíduos que partilham os mesmos atributos.

¹⁰ A opção por nove grupos representa o compromisso óptimo entre a razoável dimensão da amostra e a coesão interna de cada grupo em função das suas características. Para além da identificação da real importância quantitativa de cada grupo, esta análise sumariza os perfis dominantes de imigrantes em termos da sua participação no mercado de trabalho português.

TIPOS DE IMIGRANTES E MODOS DE INCORPORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Antes de compararmos os diferentes modos de inserção no mercado de trabalho português, é importante recordar algumas características da estrutura ocupacional dos estrangeiros em Portugal (quadro n.º 5). Quatro categorias (profissionais e similares, trabalhadores do comércio e hotelaria, trabalhadores não qualificados dos serviços e trabalhadores da construção civil) representam mais de 80% dos activos estrangeiros entrevistados. Esta distribuição, que é altamente concentrada nos dois extremos da estrutura do mercado de trabalho, reforça a imagem polarizada dos estrangeiros activos estabelecidos em Portugal: profissionais altamente qualificados, principalmente provenientes da Europa e da América, num dos extremos, e trabalhadores não qualificados, oriundos na sua maioria dos PALOP, no outro extremo.

Grupos profissionais

[QUADRO N.º 5]

	Profissionais e similares	Direc-tores e gestores	Admi-nistrativos e similares	Comér-cio e hotela-ria	Serviços não quali-ficados	Agricul-tores e similares	Indús-tria trans-forma-dora	Con-strução civil	Servi-ços semi-quali-ficados	Total
Sexo										
Masculino	21,1	4,1	3,4	19,7	8,2	0,7	0,7	36,7	5,4	100,0
Feminino	23,2	4,4	10,1	27,5	24,6	0,0	0,0	0,0	10,1	100,0
Grupos etários										
15 a 24	4,2	0,0	8,3	25,0	16,7	0,0	0,0	41,7	4,2	100,0
25 a 34	18,6	2,9	2,9	21,6	16,7	0,0	1,0	27,5	8,8	100,0
35 a 49	29,2	3,1	7,7	18,5	10,8	1,5	0,0	23,1	6,2	100,0
50 e mais	32,0	16,0	8,0	32,0	4,0	0,0	0,0	4,0	4,0	100,0
Nacionalidade por continentes										
Europa	50,9	12,3	8,8	14,0	5,3	0,0	0,0	1,7	7,0	100,0
África – PALOP	2,7	0,0	1,4	15,1	24,7	0,0	0,0	50,7	5,5	100,0
África – Outros	16,7	0,0	0,0	16,7	16,7	16,7	16,7	16,7	0,0	100,0
América	44,8	0,0	13,8	10,3	10,3	0,0	0,0	6,9	13,8	100,0
Ásia	3,9	3,9	3,9	49,0	7,8	0,0	0,0	25,5	5,9	100,0
<i>Total</i>	21,8	4,2	5,6	22,2	13,4	0,5	0,5	25,0	6,9	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de estrangeiros activos (Janeiro-Fevereiro de 1998).

Contudo, a importância das actividades comerciais, nomeadamente no caso dos asiáticos, aponta para um aumento do número de estrangeiros em

ramos de actividades onde a sua presença não era tradicional. A crescente importância de chineses e sul-asiáticos em alguns sectores do comércio (importação-exportação, por exemplo), venda ambulante e restauração é o resultado conjunto da intensificação das redes que envolvem estes migrantes e da inclusão de Portugal nos sistemas migratórios asiáticos. Além disso, mudanças recentes no sector do comércio a retalho, especialmente nos grandes centros urbanos, tanto ao nível da procura como da oferta, libertaram certos sub-ramos destas actividades da tradicional rede local de relações sociais e familiares que é tão típica do pequeno negócio. A expansão de restaurantes étnicos, especialmente chineses e indianos, a presença crescente do *franchising* e de cadeias comerciais nacionais e internacionais e a etnicização de determinados ramos do comércio grossista e retalhista, especialmente em Lisboa, criaram múltiplas oportunidades de emprego para os estrangeiros nessas áreas. Isto sucedeu por via das redes associadas aos negócios étnicos ou das cadeias de comércio a retalho, onde o recrutamento de activos é largamente impessoal, incluindo todo o tipo de trabalhadores, e não apenas aqueles associados à rede das relações entre familiares e amigos.

Em contrapartida, a presença de trabalhadores estrangeiros na indústria transformadora detectados na amostra recolhida apresenta valores extremamente reduzidos. Como este tipo de actividade é claramente minoritário entre os imigrantes activos em Portugal, pode verificar-se alguma sub-representação no conjunto de indivíduos inquiridos. Para além deste aspecto de carácter técnico, dois outros motivos poderão justificar a situação detectada. Por um lado, o processo de redução do pessoal ao serviço na indústria transformadora portuguesa ao longo das últimas duas décadas terá limitado, claramente, o recrutamento de novos trabalhadores, tanto nacionais como estrangeiros, neste sector económico. Por outro lado, se bem que existam alguns perfis consolidados relativos à presença de imigrantes nalguns ramos da indústria transformadora (e. g., reparação e construção naval, produção alimentar), esta situação não é nova, pelo que muitos dos envolvidos já tiveram oportunidade de adquirir a nacionalidade portuguesa, estando, portanto, excluídos da amostra do presente estudo. Contudo, há que seguir com atenção o potencial processo de inclusão de imigrantes em sectores industriais onde a mão-de-obra estrangeira ainda está pouco representada (têxtil e automóvel, por exemplo), tanto na Área Metropolitana de Lisboa como noutras regiões do país. De modo a ultrapassar as limitações de uma análise exclusivamente centrada em grupos nacionais e nas suas actividades profissionais, bem como a obter uma visão abrangente dos diferentes modos de incorporação dos imigrantes activos no mercado de trabalho português, importa discutir o conteúdo do quadro n.º 6, efectuando uma leitura comparativa dos nove grupos obtidos através da utilização da AFCM.

Tipologia dos imigrantes activos em função do seu modo de integração
no mercado de trabalho português

[QUADRO N.º 6]

Modos de integração		Grupos	
Intermitência . . .	Situações marginais (emprego-desemprego)	Desempregado/desenraizado (A1)	
	Situações não marginais (emprego-escola)	Estudantes-trabalhadores (A2)	
	Situações não marginais (emprego-esfera doméstica)	Mulheres activas por conta própria nos serviços não qualificados (A3)	
Permanência . . .	Situações de vulnerabilidade/precariedade	Trabalhadores da construção civil/ <i>overstayers</i>	
	Situações de estabilidade . . .	Qualificações intermédias (assalariados) . . .	Serviços étnicos e não qualificados/empregados de comércio grossista e retalhista (B2.1)
		Trabalhadores altamente qualificados e empregadores	Mulheres empregadas em serviços não qualificados e semiquificados (B2.2)
			Profissionais altamente qualificados (B3.1)
Directores e gestores altamente qualificados (B3.2)			
Empresários étnicos (B3.3)			

O primeiro elemento distintivo é o grau de permanência/intermitência no mercado de trabalho. Os grupos A1, A2 e A3 alternam períodos de presença no mercado de trabalho com períodos de ausência do mesmo. O grupo A1 (o desempregado/desenraizado) inclui os casos mais sérios de vulnerabilidade e potencial marginalização social. A sua exclusão do mercado de trabalho não é o resultado de decisões pessoais, mas antes de circunstâncias económicas ou de processos negativos específicos que afectam esses indivíduos (incapacidade de adaptação ao país de destino, doença, acidentes de trabalho). Nestas circunstâncias, o regresso ao mercado de trabalho é normalmente um processo difícil que conduz, frequentemente, a situações de marginalidade social (toxicodependência, actividade criminal...). Os grupos A2 e A3, embora demonstrem um certo grau de vulnerabilidade laboral (especialmente

o A3), são constituídos por indivíduos que implementam estratégias que conduzem à alternância entre períodos de emprego e períodos escolares (jovens) ou períodos de emprego e períodos de permanência no espaço doméstico (especialmente mulheres).

Os seis grupos identificados pela letra B estão presentes no mercado de trabalho de um modo sistemático, o que não significa necessariamente que estejam completamente seguros. Por exemplo, o grupo B.1 (trabalhador da construção civil/*overstayer*) é constituído por indivíduos do sexo masculino com empregos altamente instáveis (elevado número de trabalhadores sem contrato, grande mobilidade entre diferentes locais de trabalho e diferentes empregadores), mas que usualmente não evidenciam ausências significativas do mercado de trabalho.

No que diz respeito às situações de maior estabilidade, os modos de inserção mais favoráveis no mercado de trabalho português detectam-se nos grupos que incluem indivíduos em posições de poder ou autoridade resultantes da posse de conhecimentos profissionais reconhecidos e/ou especializados (grupo B3.1 — profissionais altamente qualificados), posse de capital (grupo B3.3 — empresários étnicos) ou ambas as coisas (grupo B3.2 — Gerentes e empresários altamente qualificados). Mesmo os membros do grupo B3.1, onde a dependência salarial e o capital limitado poderão ser vistos como desvantagens, parecem desenvolver iniciativas bem sucedidas para ultrapassar essas dificuldades.

Em relação aos profissionais que trabalham em empresas transnacionais, as suas qualificações e experiência¹¹ são fundamentais para a compreensão da sua posição privilegiada no mercado de trabalho. No caso destes profissionais, o alto valor das qualificações e da experiência de trabalho agrava os custos de substituição pelos empregadores, fortalecendo, assim, o poder de negociação dos empregados. Paralelamente a estes, os profissionais estrangeiros por conta própria tendem a possuir um elevado grau de iniciativa e a desenvolver actividades paralelas que complementam a sua principal actividade de trabalho (Peixoto, 1998).

Embora a nossa investigação não mostre a verdadeira importância estatística de cada um dos tipos identificados, é indiscutível que o modo mais frequente de incorporação de indivíduos estrangeiros do sexo masculino é o de trabalhador da construção civil/*overstayer* (B1), modo que corresponde à forma dominante de integração económica entre os imigrantes do sexo masculino provenientes dos PALOP. Ainda que não seja objectivo do presente estudo aprofundar tal questão, deve referir-se que existem diferenças nos modos de inserção profissional dos estrangeiros oriundos dos diferentes

¹¹ Entre os profissionais e gestores estrangeiros em actividade em Portugal, os grupos etários de 35 a 49 anos e de 50 anos e mais estão claramente em maioria (quadro n.º 5).

PALOP e também no interior de cada um dos grupos nacionais que não podem ser considerados um todo homogéneo.

Na nossa pesquisa, a esmagadora maioria (74%) daqueles que trabalham no sector da economia acima referido fazem-no sem um contrato de trabalho válido. Este resultado só dificilmente constituirá uma surpresa, já que todos os estudos sobre a imigração e as comunidades étnicas em Portugal levados a cabo na última década apontam para os mesmos indícios. Se tivermos em conta que este não é o único tipo de integração que favorece a economia informal (temos também, por exemplo, o caso dos desempregados/desenraizados – A1 e, pelo menos em parte, o caso das mulheres por conta própria em serviços não qualificados – A3), torna-se evidente que, para as ocupações não qualificadas, a integração dos estrangeiros no mercado de trabalho português tem lugar, em larga medida, na economia subterrânea.

AS OPÇÕES DOS IMIGRANTES E A ECONOMIA INFORMAL EM PORTUGAL

*Discussão do conceito*¹²

Durante os anos 80 surgiram duas definições alternativas da economia informal. A primeira, adoptada pelo ILO, identifica a economia informal principalmente com a pobreza urbana e o subemprego. A segunda definição vê a economia informal como a «irrupção das forças reais de mercado numa economia constringida pela regulamentação estatal» (Portes, 1994, p. 427).

Estas noções rivais da economia informal foram criadas e desenvolvidas para descrever as realidades e o comportamento de actores e agentes económicos tidos como típicos das sociedades pouco desenvolvidas. Supostamente, o mundo industrial não estaria totalmente livre de informalidade económica, mas a proporção da mesma era considerada insignificante, um resíduo ou excedente do comportamento económico pré-moderno. A análise macro e microeconómica, bem como diversos estudos levados a efeito durante os anos 80, demonstraram não só que a proporção da economia informal no mundo industrializado estava longe de ser insignificante, como, além disso, e contrariamente ao que fora postulado, não se tratava de uma sobrevivência residual de antigas formas económicas de organização, produção e distribuição do trabalho, mas sim de um segmento em expansão da economia, envolvendo tanto os sectores e actividades económicos tradicionais como os modernos.

Seguindo esta nova tendência, Feige (1990, p. 990) definiu a economia informal como abrangendo «aquelas acções de agentes económicos que não

¹² Para uma análise pormenorizada da evolução deste conceito, v. Baganha (1996), pp. 61-71.

aderem às regras institucionais estabelecidas ou às quais é negada a protecção das mesmas» e, alternativamente, Castells e Portes (1989, p. 12) definem-na como «todas as actividades geradoras de rendimento que não são regulamentadas pelo Estado num ambiente social onde existem actividades similares regulamentadas». De acordo com a posterior análise de Feige (1990, pp. 990-992), a economia informal compreende acções económicas que evitam os custos e estão excluídas da protecção das leis e das regras administrativas que regulamentam «relações de propriedade, licenciamento comercial, contratos de trabalho, delitos, crédito financeiro e sistemas de segurança social». Dados os objectivos e alvos dos agentes envolvidos em actividades informais, este segmento da economia gera uma fracção do rendimento nacional que se evade às leis fiscais, ou as contorna, não sendo registado pelos sistemas de estatística nacionais porque os actores económicos envolvidos não inscrevem as suas actividades nos departamentos de estatística governamentais.

Evidentemente, a existência e a extensão da informalidade económica dependem essencialmente daquilo que a dada altura o Estado e algumas das suas instituições, nomeadamente os departamentos de recolha de impostos e estatísticas, definem como informal. Neste sentido, a economia informal é antes de mais uma realidade politicamente construída. Depois de estabelecida, esta realidade acaba por se tornar um fenómeno social que pode ser descrito quer em termos do posicionamento legal dos empregadores e empresas, quer dos tipos de emprego que tal posicionamento gera, colocando frente a frente os segmentos formal e ilegal da economia.

A estrutura do mercado de trabalho, o nível de eficácia dos sistemas de controlo estatais e o grau de aceitação ou rejeição social da informalidade variam de país para país, criando diferentes contextos sociais e económicos, alguns mais conducentes do que outros ao desenvolvimento de actividades económicas informais. A combinação destes factores cria não apenas diferentes contextos nacionais sociais e económicos, como pode ou não promover, no seio da mesma economia, oportunidades para a informalidade de acordo com o sector económico envolvido. E, claramente, a integração dos imigrantes na economia informal dependerá em grande medida do contexto social e económico e dos sectores económicos que em determinado tempo e espaço nele estão envolvidos.

A economia informal pode ser um campo privilegiado para a concretização de diversas estratégias e para o cumprimento de diferentes objectivos tanto por parte dos empresários como dos trabalhadores. Portes (1994, pp. 428-429) propôs uma classificação funcional das actividades informais segundo os seus objectivos que pode ser resumida da seguinte forma:

1. *Sobrevivência* — envolve actividades ligadas à «produção de subsistência directa ou à simples venda de bens e serviços no mercado» (exemplos: autoconstrução, reparações domésticas, vendas de rua);

2. *Exploração dependente* — «pode estar orientada para uma crescente flexibilidade administrativa e decrescentes custos laborais das empresas formais através da contratação *off-the-books* e da subcontratação de agentes informais»;
3. *Expansão* — pode ser organizada para acumulação de capital por parte de pequenas empresas, através da mobilização de relações de solidariedade, de uma maior flexibilidade e da redução de custos (por exemplo, a rede altamente bem sucedida de microprodutores industriais do Centro da Itália).

A tipologia de Portes parece cobrir genericamente os objectivos dos empresários e das firmas envolvidas na informalidade económica, mas já não é tão abrangente no que diz respeito aos trabalhadores. Baganha (1996) faz notar que existem três razões decisivas para a integração dos trabalhadores na informalidade:

1. *Inexistência de alternativas* — as oportunidades de emprego só estão disponíveis no mercado informal. Seja porque aquele que procura emprego é um imigrante ilegal ou menor de idade, seja porque as suas qualificações não são pretendidas ou estão bloqueadas no mercado formal, o trabalhador nesta situação é vulnerável à exploração;
2. *Poupanças* — maximização do rendimento disponível para aumentar as poupanças. Este tipo de motivação pode encontrar-se naqueles que levam a cabo uma actividade secundária no mercado informal, mas mantêm uma actividade primária no mercado formal, bem como nas famílias rurais para gerarem aquilo a que Villaverde Cabral chama «poupanças defensivas» (Cabral, 1983, p. 228). Mas este tipo de motivação pode também ser observado em trabalhadores cujos benefícios de segurança social são proporcionados pela família e que entram directamente em acordos económicos informais, bem como em imigrantes que migram com um propósito muito específico (construir uma casa, comprar um terreno ou juntar um dote, por exemplo) e desejam regressar aos países de origem o mais rapidamente possível. Em princípio, os membros desta categoria que estabelecem acordos informais estão menos sujeitos a situações de exploração que os da categoria anterior;
3. *Consumo* — este último tipo de motivação pode encontrar-se entre o mesmo tipo de actores descritos no n.º 2, mas é, provavelmente, mais comum entre profissionais que levam a cabo uma segunda actividade económica. Esta parece ser a categoria onde o comportamento explorador por parte do empregador está muito provavelmente ausente, dado o poder de negociação do empregado.

Com a ajuda das duas tipologias acima apresentadas é possível desenvolver uma matriz que permite uma abordagem mais abrangente de modo a identificar os tipos, as motivações e as estratégias associados à presença de trabalhadores estrangeiros activos no mercado de trabalho informal em Portugal.

OS IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL

A leitura do quadro n.º 7 mostra a importância do trabalho imigrante ilegal, particularmente entre indivíduos asiáticos e pertencentes aos PALOP. Usando como ponto de referência a taxa nacional de trabalhadores não declarados para 1991 (20,8%), a percentagem de cidadãos asiáticos e originários dos PALOP que trabalham sem contrato (portanto, considerados trabalhadores não declarados) detectados na nossa investigação é muito mais elevada (quadro n.º 7). Apesar das limitações de tal comparação, devido às diferenças de critérios das fontes e dos anos da recolha, isto dá-nos uma visão preliminar da importância do trabalho clandestino entre os imigrantes nos sectores que requerem volumes significativos de trabalho não qualificado.

Apesar das percentagens relevantes de trabalhadores estrangeiros sem contrato nos serviços não qualificados e no comércio, a construção civil e obras públicas é o sector de actividade onde se regista o número mais elevado de imigrantes clandestinos com baixas qualificações. Quase 75% dos imigrantes que trabalham no sector da construção civil afirmam não ter nenhum tipo de contrato com os seus empregadores (quadro n.º 7). Mesmo levando em linha de conta o elevado nível de informalidade deste sector, a presença de imigrantes no sector informal do mercado da construção civil é claramente mais significativa do que a situação vivida pelos trabalhadores portugueses.

Tanto no sector da restauração como na construção civil e obras públicas, a mobilidade do capital é relativamente reduzida devido às dificuldades que se colocam à transferência geográfica da produção. Efectivamente, tanto as refeições servidas em restaurantes e cafés como os edifícios e as infra-estruturas têm ser «produzidos» nos locais de consumo, o que limita fortemente os processos de realocização produtiva. De facto, a transferência internacional das unidades de produção para locais onde a mão-de-obra é abundante e barata — um processo tão frequente no sector industrial — é dificilmente possível em sectores como os da construção civil e da restauração. A solução é importar trabalhadores estrangeiros baratos, que se tornam ainda mais baratos quando envolvidos nas transacções e estratégias associadas ao trabalho clandestino.

Além disso, o nível de vulnerabilidade dos trabalhadores imigrantes envolvidos em actividades clandestinas é normalmente mais elevado do que o

dos trabalhadores nacionais na mesma situação. Em primeiro lugar, muitos trabalhadores clandestinos estrangeiros encontram-se no país ilegalmente e estão assim sujeitos à ameaça de serem denunciados às autoridades e possivelmente repatriados, ainda que as taxas de expulsão entre as principais nacionalidades de imigrantes sejam numericamente insignificantes. O quadro n.º 8 confirma que entre os cidadãos asiáticos e pertencentes aos PALOP existem não apenas números elevados de «trabalhadores sem contrato», mas também o maior número de indivíduos sem autorização de residência e estada no país, isto é, com o seu estatuto legal por regularizar.

Em segundo lugar, os trabalhadores imigrantes clandestinos demonstram frequentemente não possuírem os conhecimentos necessários para lidarem com os sistemas regulatórios dos países de destino, tendendo, assim, a confiar em mediadores que frequentemente tiram proveito da falta de conhecimentos dos recém-chegados. Noutros casos, desenvolvem estratégias autónomas, mas, frequentemente, ficam sujeitos a situações de exploração ou de burocracia complexa que são incapazes de resolver por si próprios.

Finalmente, é importante enfatizar três características básicas da incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho informal:

- Comparada com a população nacional, a população estrangeira é mais vulnerável à instabilidade de emprego. De facto, só 39% dos estrangeiros activos trabalham com contrato válido. Mesmo considerando os trabalhadores registados pelas fontes oficiais, enquanto 89% dos trabalhadores nacionais possuíam contrato permanente em 1995, este valor era apenas de 64% para os trabalhadores originários dos PALOP e de 82% para os estrangeiros de outras nacionalidades (Baganha, 1998);
- A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho tem lugar em sectores onde o emprego informal é frequente (comércio a retalho, serviços pessoais e domésticos...). Contudo, no sector da construção civil, a informalidade entre os trabalhadores estrangeiros atinge níveis mais elevados do que entre os trabalhadores nacionais;
- As mulheres parecem ter um grau de estabilidade de emprego mais elevado do que os homens. A percentagem de contratos permanentes é maior e a incidência de trabalho sem contrato mais baixa. Esta situação resulta, em primeiro lugar, da sua quase ausência do subsector económico onde a informalidade é mais elevada: construção civil e obras públicas. Contudo, é de admitir que o papel predominante das mulheres na manutenção da estabilidade familiar as leve a encarar a segurança de emprego como um dos critérios determinantes para a escolha de um emprego. As diferenças nas percentagens de indivíduos do sexo masculino (70%) e do sexo feminino (94%) pertencentes aos PALOP registados na segurança social em 1995 consubstancia esta hipótese (Baganha, 1998).

Tipos de contrato
(Em percentagem)

[QUADRO N.º 7]

	Trabalhadores tipo de contrato			Empre- gadores/ trabalha- dores por conta própria	Total (percen- tagem)
	Permanente	Curto prazo	Sem contrato		
Sexo					
Masculino	13,6	21,0	31,5	33,9	100,0
Feminino	24,1	25,3	15,2	31,6	100,0
Grupos etários					
15 a 24	8,8	14,8	38,2	38,2	100,0
25 a 34	14,4	27,0	30,7	27,9	100,0
35 a 49	27,5	15,9	21,7	34,9	100,0
50 e mais	11,1	29,6	3,7	55,6	100,0
Habilitações académicas					
Instrução primária ou menos	25,8	12,9	32,3	29,0	100,0
Ensino básico (6 anos)	9,1	4,6	63,6	22,7	100,0
Ensino básico (7 a 9 anos)	9,8	19,5	34,1	36,6	100,0
Ensino secundário/profissional . . .	15,8	15,9	33,3	35,0	100,0
Ensino superior	20,0	35,5	10,0	34,5	100,0
Grupos ocupacionais					
Profissionais e similares	23,4	46,8	0,0	29,8	100,0
Directores e gestores	33,3	11,1	0,0	55,6	100,0
Administrativos e similares	41,7	33,3	0,0	25,0	100,0
Comércio e hotelaria	22,9	14,6	18,8	43,8	100,0
Serviços não qualificados	20,7	27,6	34,5	17,2	100,0
Agricultura	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
Indústria transformadora	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Construção civil	3,7	13,0	74,1	9,3	100,0
Serviços semiquualificados	20,0	26,7	20,0	33,3	100,0
Nacionalidades por continente					
Europa	22,6	35,5	1,6	40,3	100,0
África – PALOP	12,8	14,0	45,4	27,9	100,0
África – Outros	0,0	50,0	16,7	33,3	100,0
América	31,3	31,0	6,9	31,0	100,0
Ásia	12,1	13,8	34,5	39,7	100,0
<i>Total</i>	17,0	22,4	26,1	34,4	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de estrangeiros activos (Janeiro-Fevereiro de 1998).

Estatuto legal
(Em percentagem)

[QUADRO N.º 8]

	Situação regularizada	Aguardando decisão final	Irregular	Não sabe/não responde	Total (percentagem)
Nacionalidade por continentes					
Europa	83,9	6,5	4,8	4,8	100,0
África — PALOP	82,6	9,3	7,0	1,2	100,0
África — Outros	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
América	89,7	6,9	3,4	0,0	100,0
Ásia	81,0	13,8	5,2	0,0	100,0
Sexo					
Masculino	82,1	11,7	4,9	1,2	100,0
Feminino	87,3	3,8	6,3	2,5	100,0
Grupos etários					
15 a 24	73,5	17,6	8,8	0,0	100,0
25 a 34	86,5	7,2	4,5	1,8	100,0
35 a 49	79,7	10,1	7,2	2,9	100,0
50 e mais	96,3	3,7	0,0	0,0	100,0
Anos de permanência em Portugal					
1 ou menos	59,4	18,8	12,5	9,4	100,0
2 a 3	77,8	17,8	2,2	2,2	100,0
4 a 5	77,8	11,1	11,1	0,0	100,0
6 a 9	89,8	5,1	5,1	0,0	100,0
10 a 19	98,1	1,9	0,0	0,0	100,0
20 e mais	88,0	4,0	8,0	0,0	100,0
<i>Total</i>	17,0	22,4	26,1	34,4	100,0

Fonte: Questionário aplicado a uma amostra de estrangeiros activos (Janeiro-Fevereiro de 1998).

Levando em linha de conta as afirmações anteriores e os resultados dos dois estudos que sustentam este trabalho, é possível distinguir os seguintes tipos de trabalhadores estrangeiros em situação irregular:

- *O «overstayer»*: trata-se do tipo mais comum de imigrante irregular, correspondendo à maior parte dos casos dos cidadãos originários dos PALOP. Este tipo de imigrante entra em Portugal com um visto de curta duração e acaba por permanecer no país. O *overstayer* do sexo masculino é geralmente jovem, possui um nível académico limitado e

trabalha no sector da construção civil, apoiado por contactos dentro da sua rede de migração. Os principais locais de residência são os bairros degradados da Área Metropolitana de Lisboa, embora possam ocorrer outras concentrações, designadamente na Área Metropolitana do Porto e no Algarve;

- *O requerente de asilo*: embora o número de requerentes de asilo em Portugal seja relativamente pequeno, verificam-se diversas situações de trabalho clandestino entre indivíduos nestas circunstâncias. Alguns daqueles que solicitam asilo, originários de países africanos, asiáticos e da Europa de Leste, são de facto refugiados fictícios que procuram uma forma legal de entrar no país. Contudo, mesmo aqueles que fazem solicitações legítimas não têm hipótese de integrar o mercado de trabalho formal, pelo menos durante a morosa fase de tramitação do processo. Efectivamente, perante a legislação portuguesa sobre asilo e refúgio, os requerentes de asilo (aqueles que aguardam uma decisão final para o seu pedido de asilo) estão proibidos de trabalhar. Dada a exiguidade dos subsídios que lhes são concedidos e a morosidade de diversos processos, estas pessoas vêm-se compelidas a procurar trabalho no mercado informal. Em alguns casos, a decisão final é negativa e o ex-candidato ao asilo acaba por permanecer no país, prosseguindo a sua actividade profissional;
- *O sobrevivente autodidacta*: este tipo inclui imigrantes que são em muitos casos legais, mas desenvolvem actividades no mercado de trabalho informal. Podemos distinguir dois subtipos principais. Por um lado, mulheres que chegam ao país na companhia dos maridos ou sozinhas e que, ao fim de algum tempo, decidem desenvolver uma actividade informal em regime de *part-time* (*baby-sitting*, empregada de cabeleireiro, traduções ou outras). Por outro lado, temos homens que se instalaram em Portugal e se juntam aos sistemas de venda ambulante mais ou menos controlados por redes associadas a determinados grupos étnicos. É o caso dos vendedores marroquinos de tapetes e de produtos de couro e dos vendedores ambulantes sul-asiáticos de produtos electrónicos e flores;
- *O trabalhador étnico*: este tipo inclui principalmente imigrantes provenientes da China e do subcontinente indiano que entram em Portugal com a ajuda de redes de contactos organizadas que, nalguns casos, envolvem traficantes de mão-de-obra. Por vezes de origem urbana e de grau académico relativamente elevado, o seu objectivo é vencer economicamente e estabelecer um negócio próprio no ramo da restauração ou do comércio; contudo, isto não é um processo imediato e podem passar os primeiros anos a pagar a dívida inicial de migração;
- *O estudante-trabalhador*: os estudantes nacionais e estrangeiros desenvolvem frequentemente uma actividade ocupacional em regime de *part-time* de modo a complementarem as bolsas de estudo e os rendimentos concedidos pela família. Isto ocorre com mais frequência no Verão; e,

embora sejam estrangeiros com autorização de residência, os estudantes envolvem-se frequentemente no mercado de trabalho informal. O exemplo mais extremo de vulnerabilidade é o dos estudantes originários dos PALOP do ensino secundário ou superior (especialmente provenientes de Angola e da Guiné-Bissau), que são obrigados a trabalhar porque perderam o direito à bolsa estatal ou o governo do seu país se mostra incapaz de a transferir em tempo oportuno. Nestes casos, a rede de contactos dos estudantes do sexo masculino leva-os ao sector da construção civil, onde trabalham diversos conterrâneos seus. Com frequência a acumulação entre estudos e trabalho contribui para um repetido insucesso escolar, que pode acabar por conduzir ao abandono dos estudos;

- *O desenraizado/explorador*: este tipo utiliza igualmente o mecanismo do *overstayer*, mas apresenta antecedentes e motivações diferentes. Muitos são jovens do sexo masculino provenientes de Angola, frequentemente de origem urbana (região de Luanda) e com um nível de instrução relativamente elevado (ensino secundário e até universitário). Abandonam Angola por razões políticas e muitas vezes para escapar ao recrutamento militar. Apesar do seu nível académico e dos seus hábitos urbanos, a sua situação ilegal, os preconceitos contra estrangeiros africanos e o seu menor envolvimento nas redes que sustentam a integração dos imigrantes no mercado de trabalho limitam consideravelmente as suas oportunidades. Assim, vêm-se frequentemente confinados ao sector da construção civil, desenvolvendo alguns membros deste grupo comportamentos desviantes.

Combinando as anteriores tipologias de motivação de empregadores e trabalhadores para entrar no mercado de trabalho informal e inserindo os seis tipos de imigrantes integrados na economia subterrânea portuguesa na matriz resultante, podemos resumir no quadro n.º 9 as nossas conclusões.

Categorias de imigrantes irregulares activos de acordo com a motivação para entrar no mercado de trabalho informal

[QUADRO N.º 9]

Empresas Imigrantes (indivíduos)	Sobrevivência	Exploração	Expansão
Inexistência de alternativas	Sobrevivente auto-didacta	<i>Overstayer</i> Requerente de asilo	
Poupanças			Trabalhador étnico
Consumo		Desenraizado/explo- rador Estudante-trabalhador	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo mostra claramente que as pressões associadas à procura de mão-de-obra por parte do mercado de trabalho português desempenharam um papel fundamental, especialmente a partir de meados da década de 80, na definição das tendências de composição da população estrangeira activa. Contudo, a explicação baseada em factores relacionados com o mercado adoptada neste estudo considera apenas um dos aspectos fundamentais da questão, não levando em linha de conta outros elementos relevantes, nomeadamente de carácter social e cultural, que estão associados aos locais de origem dos imigrantes. Partindo do princípio de que as melhores explicações para a migração internacional se encontram nas abordagens sistémicas (Fawcett, 1989; Kritz e Zlotnik, 1992), urge fazer alguns comentários a propósito dos factores que interagem com as questões económicas, que constituem o cerne da nossa análise.

Em primeiro lugar, a grande representatividade de cidadãos originários dos PALOP, ainda dominantes nas décadas de 80 e 90, apesar de certas tendências para a diversificação das comunidades estrangeiras estabelecidas em Portugal, mostra a relevância não só dos laços culturais, como também das redes migratórias estabelecidas ao longo da segunda metade dos anos 70. A importância da comunidade brasileira é parcialmente explicada pelos mesmos factores. Além disso, a crise económica brasileira de finais dos anos 80 e a adesão de Portugal à CEE aumentaram tanto o desejo de partir como a atracção exercida por Portugal.

Em segundo lugar, as mudanças que ocorreram na Europa de Leste a partir do final dos anos 80 conduziram ao desenvolvimento de fluxos migratórios internacionais originários desses países. Comparativamente a outros países europeus, Portugal foi pouco afectado por esses movimentos e apenas pequenos grupos de romenos, russos, moldavos e outros se estabeleceram no país. Neste caso, as oportunidades do mercado de trabalho geradas em Portugal desempenham um papel importante, mas os factores decisivos são, por um lado, a informação que circula nos canais de migração e, por outro, a acção das redes internacionais que organizam a circulação de trabalho migrante ilegal.

O nosso objectivo ao apresentar estes dois exemplos é apenas o de demonstrar a crescente complexidade do sistema de imigração português. Embora a nossa abordagem seja principalmente baseada nas características do mercado de trabalho interno, devem também tomar-se em linha de conta questões não económicas, assim como factores externos, especialmente num mundo cada vez mais aberto onde as decisões individuais são feitas com base em distintos tipos de informação, recolhida em lugares diferentes.

No que concerne aos modos de integração dos estrangeiros activos no mercado de trabalho português, este estudo mostrou que a dicotomia básica

entre profissionais altamente qualificados e trabalhadores não qualificados é apenas uma das características do fenómeno. A identificação de nove modos básicos de integração no mercado de trabalho, correspondendo a nove tipos de perfis de trabalhadores estrangeiros activos, permitiu-nos apresentar um quadro mais abrangente e aprofundado dos processos de incorporação, já que cada um dos perfis resume diferentes características (estatuto ocupacional, profissão, tipo de contrato, estratégias associadas à procura de emprego e outras).

A inserção de uma percentagem significativa de trabalhadores africanos (especialmente originários dos PALOP) e asiáticos que desenvolvem actividades não qualificadas tem lugar no sector informal da economia, designadamente na construção civil. A tradição da informalidade, a ausência de regulamentação efectiva e a cadeia complexa de relações que se estabelece entre os agentes envolvidos na construção civil e nas obras públicas (grandes e pequenas empresas, empresas de «colocação de mão-de-obra», subcontratadores, trabalhadores e até instituições do Estado) são factores-chave para explicar esta situação. Além disso, a informalidade do mercado de trabalho entre os activos estrangeiros é apenas um aspecto da vulnerabilidade geral à qual estão expostos, processo que envolve frequentemente uma ausência de compreensão das instituições e dos processos burocráticos do país de destino, bem como situações de permanência ilegal no país.

É possível que a situação actual possa oferecer certas vantagens imediatas não só aos empregadores públicos e privados (reduções de custos a curto prazo, por exemplo), mas também aos trabalhadores estrangeiros que possuam estratégias migratórias de curto prazo, tendo assim mais facilidade em gerar rapidamente poupanças. Contudo, uma incapacidade para modificar a presente situação poderá vir a ter consequências futuras negativas. Por exemplo, uma crise nos sectores onde existe um grau mais elevado de trabalho informal entre os estrangeiros pode conduzir a uma situação de desemprego e de ausência de segurança social, levando, por seu turno, a tensões sociais crescentes, especialmente se os emigrantes portugueses temporariamente no estrangeiro se virem incapazes de renovar os seus contratos de trabalho.

A lei dos trabalhadores estrangeiros actualmente em vigor (Lei n.º 20/98, de 12 de Maio) parece ser um passo em frente na luta contra a imigração irregular e a exploração do trabalho clandestino efectuado por imigrantes. Para além de estabelecer sanções monetárias às empresas que recrutam imigrantes irregulares, a lei prevê também a possibilidade de impedir as empresas infractoras de tomarem parte em concursos públicos ou de receberem fundos públicos ou comunitários. Este novo dispositivo legal poderá contribuir para uma mudança da acção política das autoridades estatais e, particularmente, para a emergência de uma nova atitude por parte dos empregadores. Mudanças necessárias, mas seguramente não suficientes, para que quem trabalha em Portugal se sinta também incorporado socialmente.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. I. (1996), *Immigrant Integration in the Informal Economy — The Portuguese Case (1st Report)*, Coimbra, CES – Universidade de Coimbra (inédito).
- BAGANHA, M. I. (1998), «Immigrant involvement in the informal economy: the Portuguese case», in *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 24 (2), pp. 367-385.
- BAGANHA, M. I., João Ferrão e Jorge Malheiros (coords.) (1998), *Os Movimentos Migratórios Externos e a sua Incidência no Mercado de Trabalho em Portugal*, Lisboa, IIEFP (inédito).
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), «A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização», in *Análise Social*, XIX (76), pp. 199-234.
- CASTELLS, M., e A. Portes (1989), «World underneath: the origins, dynamics and effects of the informal economy», in M. Castells et al. (eds.), *The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries*, The John Hopkins University Press, 1989, pp. 11-37.
- DUARTE, G. (1994), *Investimento Estrangeiro Imobiliário no Área Metropolitana de Lisboa* dissertação de mestrado, Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (inédito).
- FAWCETT, James T. (1989), «Networks, linkages, and migration systems», in *International Migration Review*, 23, pp. 661-680.
- FEIGE, Edgar L (1979), «How big is the irregular economy?», in *Challenge*, 22, pp. 5-13.
- FEIGE, Edgar L. (1990), «Defining and estimating underground and informal economies: the new institucional economics approach», in *World Development*, 18 (7), pp. 989-1002.
- FIGUEIREDO, A. M. (1985), *A Economia Subterrânea e o Exercício da Política Económica e Social em Portugal*, Lisboa, Instituto Damião de Góis.
- FERRÃO, J., e L. Fonseca (1989), «Investimento estrangeiro e desenvolvimento regional: o caso do investimento espanhol em Portugal», in *Finisterra*, XXIV (48), Centro de Estudos Geográficos, pp. 251-278.
- FONSECA, M. L. (1997), «The geography of recent immigration to Portugal», comunicação apresentada na conferência «Non military aspects of security in Southern Europe: migration, employment and labour market, 19-21 de Setembro, Santorini, Grécia (inédito).
- KRITZ, M. M., e H. Zlotnik (1992), «Global interactions: migration systems, processes and policies», in M. M. Kritz et al. (eds.), *International Migration Systems — A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press, pp. 1-18.
- LOBO, F. M. (1990), «Irregular work in Portugal», in P. Barthelemy et al. (eds.), *Underground Economy and Irregular Forms of Employment (Travail au Noir) – Final Synthesis Report*, Bruxelas, Gabinete para as Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- LOBO, I. S. (1985), «Estrutura social e produtiva e propensão à subterraneidade no Portugal de hoje», in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, pp. 527-562.
- MACHADO, F. L. (1994), «Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade», in *Sociologia — Problemas e Práticas*, n.º 16.
- MALHEIROS, J. M. (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos de Mudança. Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Colibri.
- PEIXOTO, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Infra-Organizacional*, tese de doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, ISEG (inédito).
- PIRES, R. P. (1993), «Immigration in Portugal. A typology essay», in M. B. Rocha-Trindade (ed.), *Recent Migration Trends in Europe — Europe's New Architecture*, Lisboa, Universidade Aberta/Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- PORTES, A. (1994), «The informal economy and its paradoxes», in Neil J. Smelser e R. Swedberg (eds.), *The Handbook of Economic Sociology*, Nova Iorque, Russel Sage Foundation, pp. 426-449.

- SAINT-MAURICE, A. (1997), *Identities Reconstructed — Cabo-Verdianos em Portugal*, Oeiras, Celta.
- SAINT-MAURICE, A., e R. P. Pena Pires (1989), «Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 10-11, Lisboa, pp. 203-226.
- SALT, J. (1992), «Migration processes among the highly skilled in Europe», in *International Migration Review*, n.º 26 (98), pp. 484-505.
- SALT, J. (1997), «International movements of the highly skilled», Directorate for Education, Employment, Labour and Social Affairs, International Migration Unit, Occasional Paper n.º 3, Paris.
- SASSEN, S. (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press, Princeton, N. J.